



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639124 - SP (2021/0004821-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : VICTOR HUGO ANUVALE RODRIGUES
ADVOGADO : VICTOR HUGO ANUVALE RODRIGUES - SP331639
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EZEQUIAS CREPALDI JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EZEQUIAS CREPALDI JUNIOR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (2226575-32.2020.8.26.0000).

O paciente é processado pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 147 do Código Penal; 24-A da Lei n. 11.340/06; e 15 da Lei n. 10.826/03.

A prisão em flagrante foi homologada e convertida em prisão preventiva no dia 2/7/2020.

Em suas razões, o impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal uma vez que a segregação processual do paciente, despida de fundamentação idônea, não preenche os requisitos autorizadores da prisão, nos moldes do art. 312 do CPP.

Sustenta que foram revogadas as medidas protetivas de urgência em razão do pedido de uma das vítimas, uma vez que o paciente não mais representa ameaça aos envolvidos.

Aduz que a situação dos autos foi um fato isolado e que o paciente é dependente químico.

Pleiteia a concessão da ordem, liminarmente, para que seja concedida a prisão domiciliar ao paciente até o julgamento final do *writ*.

No mérito, pugna que o presente *habeas corpus* seja julgado integralmente procedente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente